

BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINJUSDH

Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS | GCII | EDIÇÃO Nº 00 | MÉS SETEMBRO DE 2018

Postos de emissão mais próximos do cidadão

BI INTEGRADO
INOVAÇÃO E SEGURANÇA
PARA TODOS!

+ TECNOLOGIA + DURABILIDADE + SEGURANÇA

O Bilhete de Identidade Integrado garante maior segurança e eficiência no armazenamento dos dados do cidadão. Os seus novos elementos tecnológicos como o QR Code e Chip interno fazem dele um bilhete de acesso para o futuro.
INFORMAÇÕES 222 670 670

MEU PRIMEIRO BI RUMOA CIDADANIA

GOVERNO DE ANGOLA
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Direção Nacional do Programa de Identificação Civil e Criminal



Emitidos mais de um milhão de Bilhetes de Identidade

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos emitiu, no período de Setembro de 2017 a Setembro de 2018, a nível nacional, um total de 1.475.233 de Bilhetes de Identidade e 852.114 Certificados de Registo Criminal.

A província de Luanda teve a maior produtividade na emissão de Bilhetes de Identidade, na ordem dos 46%, e a do Cuando Cubango a menor, tendo alcançado apenas 2% da produção Nacional.

Em relação a emissão dos Certificados de Registo Criminal, a província de Luanda, com 53%, foi a mais produtiva e a do Cuando Cubango, a menos produtiva com 1.1% da produção Nacional.



Campanha de Moralização no Combate à Corrupção e à Impunidade é produtiva

A campanha de Moralização no Combate à Corrupção e à Impunidade, aberta no passado dia 23 de Maio, no Palácio da Justiça, em Luanda, numa iniciativa do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, está a produzir bons resultados, conforme disse ao nosso Boletim Informativo o consultor do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Sebastião Rocha.

A MENSAGEM DO MINISTRO

UMA NOVA APOSTA



Francisco Queiroz
Ministro da Justiça
e dos Direitos Humanos

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos passa a contar, a partir deste momento, com um novo meio para a divulgação das suas actividades.

Trata-se do Boletim da Justiça e dos Direitos Humanos, uma ferramenta importante para fazer a ligação necessária entre as diversas áreas deste departamento ministerial e entre este e as diferentes instituições públicas e privadas.

Propiciará maior e melhor fluidez na circulação da informação internamente e para o exterior, tornando mais visível a imagem institucional.

Boa leitura.

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS**

Direcção:

Francisco Queiroz

Edição:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Fotografia:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Design gráfico:

Marco Rocher

NESTA EDIÇÃO

Secção

Segurança e Durabilidade do Bilhete de Identidade.....	Pág 3
Dicas para obter o Registo Criminal	Pág 4

Secção

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos emite 1.049.825 assentos de nascimento	Pág 5
Campanha de registo nas escolas	Pág 6
Campanha de registo nas maternidades	Pág 6

Secção

Lançada a Campanha de Moralização no Combate á Corrupção e a Impunidade	Pág 7
--	-------

Secção

Entrevista.....	Pág 8
-----------------	-------

Secção

Direitos Humanos	Pág 9
------------------------	-------

Secção

Aniversariantes	Pág 10
-----------------------	--------

Secção

Resultado da Reunião do Cofre Geral da Justiça	Pág 11
--	--------

Secção

Breves	Pág 12
Opinião	Pág 13
Os nossos valores	Pág 14

IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos procedeu o lançamento do Bilhete de Identidade Integrado, no dia 20 de Novembro de 2017, no Posto da Samba, em Luanda, com a entrega do primeiro BI.

SEGURANÇA E DURABILIDADE

Com características assentes na tecnologia, segurança e durabilidade, o bilhete de identidade integrado visa proporcionar mais segurança dos dados dos cidadãos e simplificar o processo de recolha dos mesmos. Além disso, o bilhete terá uma durabilidade de 10 anos e facilitará o atendimento nos postos de identificação.

A processo de recolha é feito nas repartições de identificação civil e criminal, conforme tem sido feito até ao momento, no entanto o processo de entrega do Bilhete de Identidade varia entre 2 a 15 dias, mediante a localização geográfica das repartições de identificação.

Com o novo sistema de entrega, o cidadão é notificado através de SMS, Chamada Telefónica ou do serviço de Call Center, sobre a data de levantamento do seu documento.

A implementação do novo Bilhete de Identidade contempla duas fases. Na primeira é desenvolvida a implementação da nova tecnologia, através do chip e QR Code.

A segunda fase contempla a integração dos dados sociais do cidadão, tais como número de contribuinte, de segurança social, número eleitor e do boletim de nascimento.



O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos informa que os cidadãos que possuem um bilhete de identidade válido não precisam fazer a emissão do novo bilhete até a sua caducidade.

Com o novo sistema de emissão dos bilhetes de identidade, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos visa modernizar a médio prazo o sistema de dados nacional, trazendo mais tecnologia e segurança aos cidadãos.

Certificado do Registo Criminal

É o documento comprovativo que atesta a existência ou não de cadastro criminais do individuo maior de 16 anos de idade, nacional ou estrangeiro residente em território Angolano. O mesmo apresenta-se por duas formas, sendo Positivo (com cadastro) ou Negativo (sem cadastro).

A informação transcrita no Certificado Positivo advém dos Boletins Criminais resultantes das sentenças judiciais criminais cumpridas e por se cumprir.

IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

Dicas para obter o Certificado do Registo Criminal

Quem pode requerer o Certificado do Registo Criminal?

Todos os indivíduos nacionais, ainda que residentes no estrangeiro e os ou estrangeiros residentes em Angola.

Onde é que posso tratar do Certificado do Registo Criminal?

O Certificado do Registo Criminal é requerido e emitido nas repartições e postos de Identificação Civil e Criminal.

Quais são os requisitos necessários para emissão do Certificado do Registo Criminal?

Ter idade mínima de 16 anos, mediante apresentação do original do BI, para os cidadãos nacionais, e o cartão de residente, para os cidadãos estrangeiros. Ou ainda, por via de procuração acompanhada do BI original do requerente e a cópia do procurador.

Qual é o valor a pagar pelo Certificado do Registo Criminal?

O valor da taxa emolumentar do CRC está afixado em **akz 279.00**, acrescido de **akz 176.00**, por folha a mais.

Quanto tempo leva a emitir o Certificado do Registo Criminal?

O Certificado do Registo Criminal é emitido e entregue na hora.



REGISTO CIVIL

A nível nacional, de 2017 a 2018, foram praticados 1.846.954 actos nas Conservatórias do Registo Civil, ocorrendo a maioria nas províncias de Luanda (504.721), Huila (241.514) e Cuanza Sul (187.931)

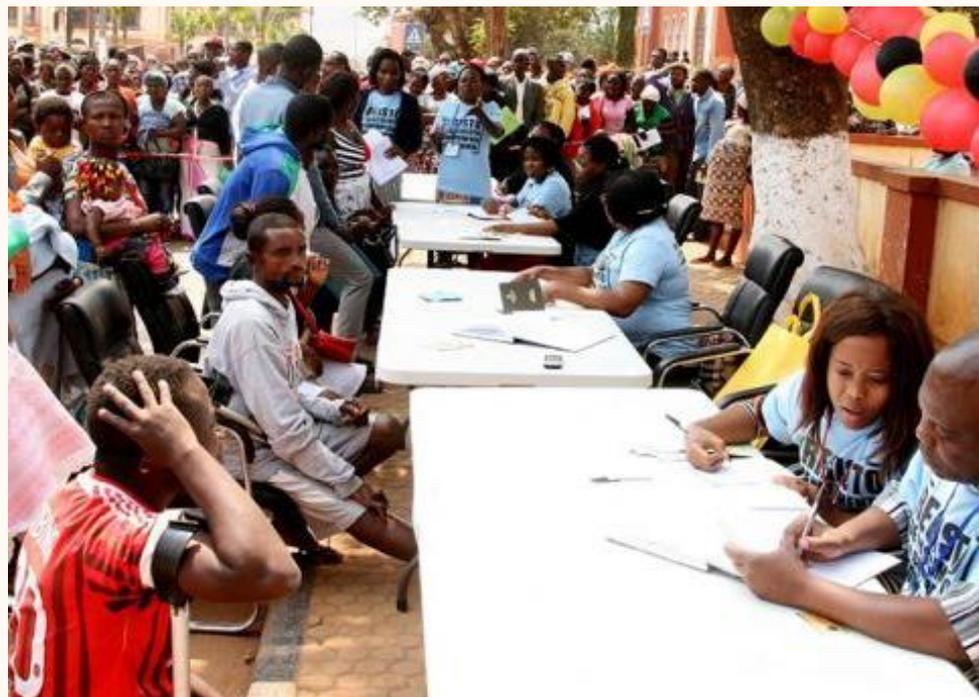
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos emite 1.049.825 assentos de nascimento

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos produziu, no período compreendido entre 2017 e 2018, 1.049.825 assentos de nascimento, 37.028 de óbito e 6.017 de casamento.

De acordo com o relatório deste departamento ministerial, referente ao primeiro ano de mandato da presente legislatura, a província de Luanda esteve na linha da frente com a emissão de 276.326 assentos de nascimento, 20.330 de óbito e 3.632 de casamento.

A província do Cuanza Sul segue a de Luanda, em relação ao número de assentos de nascimento (137.450), a da Huila, em relação ao número de assentos de óbito (2.898), e a de Benguela, em relação ao número de emissão de assentos de casamentos (2.062).

Foram menos produtivas as províncias do Bengo e Namibe, em relação a emissão de assentos de nascimento (18.969) e (9.077), respetivamente, Cunene e Moxico, no tocante a registos de óbito (268) e (199), e Zaire e Malange, no que diz respeito a registos de casamento(47).



No mesmo período, foram efectuados 49.709 registos comerciais, com maior incidência nas províncias de Luanda (29.668), Benguela (4.818) e do Huambo (3.014), 9.494 registos prediais, com maior incidência nas províncias de Luanda (4.327), Benguela (1.837) e da Huila (969) e 18.206 registos automóvel, com grande incidência em Luanda, Benguela e Huila, com 8.797, 2.835 e 2.410 respectivamente.

Ao nível dos Cartórios Notariais, foram registados um total de 543.668 actos, sendo os Cartórios de Luanda (368.001), Benguela (56.102) e de Malange (45.660) os que praticaram o maior número de actos.

Por outro lado, foram registados um total de 514.613 actos, no período de Janeiro de 2018 ao 24 de Setembro de 2018.

NÃO ACEITE GASOSA COMBATA A CORRUPÇÃO DENUNCIE AS MÁSPRÁTICAS

DIRECÇÃO NACIONAL DOS REGISTOS E NOTARIADO

Foi lançada, no dia 16 de Junho do ano em curso, a campanha de registo nas escolas.

CAMPANHA DE REGISTO NAS ESCOLAS

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério da Educação, no dia 1 de Junho, realizou no dia 16 de junho, pelas 9h, na Escola do 1º Ciclo do Ensino Primário nº 3029, município do Cazenga, o lançamento oficial do programa de **Registo de Nascimento nas Escolas**.

A campanha tem como objectivo diminuir o número de crianças dentro do ensino escolar sem o registo de nascimento e passará a ser feita todos os meses de Janeiro de cada ano, a nível nacional.

O número de crianças sem registo é uma grande preocupação do estado, cuja acção e política está virada para remoção de obstáculos que se apresentam e garantir que as crianças gozem dos seus direitos.



CAMPANHA DE REGISTO NAS MATERNIDADES

Denominado “Nascer com o Registo”, o projecto foi criado com o intuito de reduzir gradualmente o número de crianças sem registo.

Para as comunidades ou áreas longínquas que não tenham serviços de registo de nascimento, o projecto prevê a criação de livros de cadastro, de modo a permitir que nenhuma criança fique de fora.

O projecto nasceu de uma cooperação entre o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e o Ministério da Saúde.

Os técnicos de saúde recebem formação sobre a importância do acto para passar informações às parturientes e o registo é feito por funcionários da Justiça que trabalham em sistema de rotatividade.



Moralização no Combate à Corrupção e a Impunidade.

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou, no dia 23 de Maio, de 2018, no Palácio da Justiça, o Seminário que marcou a abertura da campanha de Moralização no Combate à Corrupção e à Impunidade.

Lançamento da Campanha

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Procurador Geral da República, Hélder Fernando Pitta Grós, que na sua intervenção ressaltou que "a situação que o país atravessa exige de todos nós uma mudança de postura, que só é possível por via de uma maior consciencialização e sensibilidade relativamente às práticas lesivas aos interesses do Estado."

Acrescentou que o Governo Angolano assumiu, na pessoa do Titular do Poder Executivo, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, o desafio do combate à corrupção e a uma das suas principais causas - a impunidade, como um dos pilares do seu programa para o quinquénio.

Em conformidade com esta decisão, foram aprovados vários diplomas legais, que criminalizam e sancionam as práticas corruptivas.

Reconhecendo a necessidade e o mérito que envolveram a sua aprovação, "entendemos que mais importante do que ter novos diplomas é a necessidade de termos um novo homem, um novo cidadão, um novo funcionário e, acima de tudo, um novo servidor público.



Durante a actividade, foram abordados os temas: "Probidade Pública no Sector da Justiça", apresentado pelo Dr. Marcy Lopes, Secretário para os Assuntos Políticos Constitucionais e Parlamentares do Presidente da República, e "A Ética na Construção do Estado de Direito", apresentado pelo Dr. Mário Pinto de Andrade, Deputado e Professor Universitário.

O seminário faz parte de uma estratégia que inclui a ministração de sessões de formações obrigatórias sobre suborno, corrupção e código de conduta, para os serviços afectos ao Sector da Justiça, baseando-se nos valores da Transparência, Lealdade e Rigor.

no Combate à Corrupção e à Impunidade está assente em três eixos de actuação: Prevenção, Fiscalização e Responsabilização.

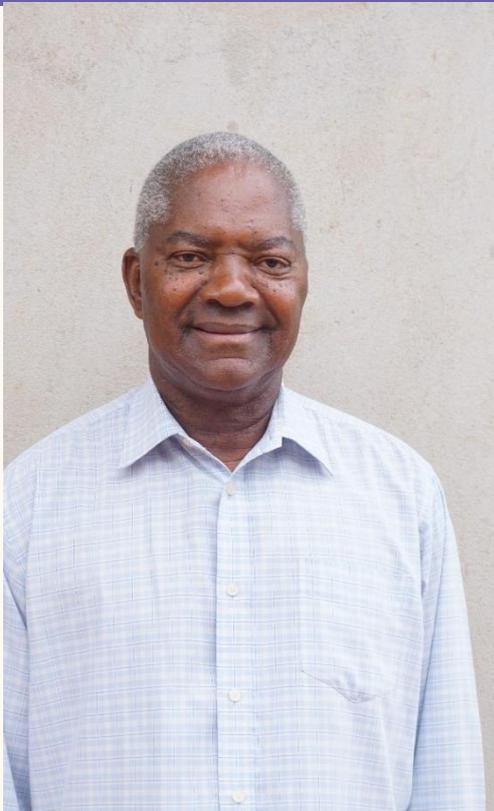
Prevenção dos actos de corrupção e de má conduta através de formação regular em cursos sobre suborno e corrupção, refrescando sobre o código de conduta à todos os funcionários do Sector da Justiça.

Fiscalização da aplicação da lei e das boas práticas no local de serviço, com a finalidade de detectar as falhas nos processos e procedimentos e no cumprimento da lei.

Responsabilização dos infractores, fruto das auditorias realizadas ou denúncias internas ou externas sobre a violação da lei, processos e procedimentos.

ENTREVISTA

“O ponto mais marcante neste meio século de trabalho pela Justiça foi fazer parte da equipa que emitiu o primeiro Bilhete de Identidade Nacional, em especial o bilhete do Primeiro Presidente da República.”



João Manuel Neto

“Para conseguir fazer meio século de trabalho, é preciso ser obediente, dedicado ao trabalho e manter sempre o bom ambiente entre colegas”

Meio século a servir a Justiça

João Manuel Neto, de 70 anos, entrou para os Serviços de Justiça em Abril de 1964. Integrou as brigadas itinerantes e andou pelo país inteiro como escriturário dactilógrafo.

Em 1977, entrou no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Foi elevado ao cargo de Aspirante e passou a chefiar a Secção do Posto de Identificação nº 3, no bairro da Terra Nova, em Luanda.

Manuel Neto, como sempre foi tratado, diz que o ponto mais marcante neste meio século de trabalho pela Justiça foi fazer parte da equipa que emitiu o primeiro Bilhete de Identidade Nacional, em especial o bilhete do Primeiro Presidente da República.

Depois de 20 anos no Huambo, para onde tinha sido transferido, com algumas resistências por parte do chefe, regressou a Luanda e foi nomeado Chefe do Arquivo Nacional de Identificação, cargo que ocupou por 15 anos.

Hoje já reformado, procuramos saber que avaliação faz do Sector desde que ingressou até a sua reforma: “no período colonial, apesar dos salários de fome, na Justiça, éramos tratados com alguma dignidade. Carrego comigo a lembrança boa da luta do, na altura, Ministro da Justiça, Paulo Tchililica, para melhorar o salário dos funcionários.”

Na sua opinião, hoje a Justiça deveria ser mais justa com os seus servidores, pois, sente que a maior atenção dos titulares tem estado virada para os tribunais.

Pergunta - Se tivesse que voltar a trabalhar, o que faria de diferente?

Resposta - se me quisessem de volta e eu quisesse, com condições criadas, eu daria atenção especial ao Arquivo Nacional de Identificação e aos arquivos provinciais, porque a vida da DNAICC – Direcção Nacional dos Arquivos de Identificação Civil e Criminal - está no arquivo.

E como nem tudo é um mar de rosas, Manuel Neto disse que fez muito pelo Ministério, mas sente que ainda não recebeu o devido reconhecimento.

Deixou ainda o conselho para a camada jovem do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos: “para conseguir fazer meio século de trabalho, é preciso ser obediente, dedicado ao trabalho e manter sempre o bom ambiente entre colegas”.

De nossa parte, ficou o agradecimento a esta ilustre figura da Justiça.

Direcção Nacional dos Direitos Humanos

“Os jovens constituem uma das principais vítimas do Tráfico de Seres Humanos, pois estão em situação de grande vulnerabilidade, convivendo com diversos problemas sociais. Por essa razão deverá ser sobre esta camada onde se incidirá a maior preocupação, pois são o alvo preferencial das redes de tráfico”

Desde o início do ano de 2018 até a presente data, a Direcção Nacional dos Direitos Humanos realizou diversas actividades para a promoção e protecção dos Direitos Humanos.

Dentre as aludidas actividades, destacam-se a Mesa Redonda sobre os Direitos dos Trabalhadores Domésticos, realizada em Abril; a participação na Defesa do Relatório Periódico sobre a Convenção dos Direitos da Criança, em Genebra, Suíça, no mês de Maio; II Fórum Nacional da Sociedade Civil no âmbito dos Direitos Humanos, em Junho, e a Conferência Nacional sobre as Recomendações da Avaliação Periódica Universal, em Junho.

Realçam-se, igualmente, os seminários sobre Combate ao Tráfico de Pessoas; a Mesa Redonda sobre Abuso sexual de crianças na Internet; bem como os seminários nas universidades, sobre temas diversos e muitas outras.

Igualmente destacável, pela sua relevância e visibilidade, foi a mais recente actividade, realizada no dia 31 de Julho, no Instituto Medio Industrial de Luanda (IMIL), e que marcou o lançamento da Adesão de Angola à Campanha Coração Azul de Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Nela participaram 150 pessoas, principalmente alunos da escola.

A campanha Coração Azul é promovida pelo Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC) e busca encorajar a participação em massa e servir de inspiração para medidas que ajudem a acabar com o tráfico de pessoas e permite que todas as pessoas demonstrem a sua solidariedade para com as vítimas do tráfico de pessoas, usando o Coração Azul.



O Acto foi presidido pela Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Dra. Ana Celeste Cardoso Januário, que no seu discurso sublinhou que *“o combate ao Tráfico de Pessoas tem grande importância e é um desafio que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem empreendido como prioridade”*.

A Secretaria de Estado salientou também que *“os jovens constituem uma das principais vítimas do Tráfico de Seres Humanos, pois estão em situação de grande vulnerabilidade, convivendo com diversos problemas sociais. Por essa razão deverá ser sobre esta camada onde se incidirá a maior preocupação pois são o alvo preferencial das redes de tráfico”*.

A adesão à referida Campanha foi simbolizada através de uma performance em que os participantes formaram um coração no pátio do IMIL, como retrata a imagem.

Direitos Humanos tem por missão zelar pela defesa e observância dos Direitos Humanos, em harmonia com os princípios consagrados na Constituição, na [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e na [Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos](#) e demais instrumentos jurídicos internacionais relativos aos Direitos Humanos de que Angola seja Parte e tem as seguintes atribuições:

Apoiar o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos na formulação e concretização das políticas relativas à preservação dos Direitos Humanos e acompanhar a execução das medidas delas decorrentes;

Promover o intercâmbio com as demais instituições em matéria de Direitos Humanos;

Elaborar os planos e projectos no domínio dos Direitos Humanos e zelar pela sua implementação;

Garantir o reforço das Instituições Nacionais de Direitos Humanos;

ANIVERSARIANTES

A direcção do Ministério da Justiça e Justiça e dos Direitos Humanos felicita todos os funcionários que neste mês celebram o seu aniversário. Parabéns

- 02-10**
NEIDE FRANCISCO DO NASCIMENTO
EVANGELISTA DE JESUS
Gabinete de Inspeção
- 02-10**
MAUEZA EURIDCE AMADO GARCIA
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal
- 03-10**
VIRGINIA RAIMUNDO XIRIMBIMBI
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal
- 05-10**
MADELENA BERNARDO
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal
- 06-10**
IVANILDA PATRICIA NUNES SEMEDO
Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
- 07-10**
CONCEIÇÃO MANUEL ANTÓNIO
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal
- 08-10**
KELSON FERREIRA MANUEL
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal
- 13-10**
MARCIA REPARAÇÃO ALFREDO MENDES
Direcção Nacional de Administração da Justiça
- 14-10**
EDNA CANGANGULA
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal
- 15-10**
MAURÍCIO GANDO
Gabinete de Inspeção
- 15-10**
HELENA MARISA ARMANDO MUCHINENE
Gabinete de Recursos Humano
- 19-10**
EDUARDA LINDAURA PEREIRA MIGUEL SARMENTO
Direcção Nacional de Administração da Justiça
- 21-10**
MARIA ALICE OLIVEIRA DA SILVA NETO
Gabinete de Intercâmbio
- 23-10**
PRATA CACUALI PEDRO
Gabinete de Inspeção
- 24-10**
ISABEL SEBASTIÃO
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal
- 26-10**
PAULO PEDRO MIGUEL AUGUSTO
Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal

Feliz aniversário!

Cofre Geral da Justiça

Reunião do Conselho Administrativo do Cofre Geral da Justiça

Discurso de Sua Excia Sr. Dr. Francisco Queiroz

Tendo decorrido quase um ano desde que o Executivo da actual legislatura entrou em funções, e tendo passado sensivelmente o mesmo tempo desde que foi apresentada a S.Exa, o Titular do poder Executivo, a estratégia financeira para o sector da justiça, estamos hoje reunidos para dar um passo importante na concretização dessa estratégia.

Permitam-me que comece por recordar que a proposta desta estratégia decorreu do facto de o Sr. Presidente da República e Titular do Poder Executivo ter definido a moralização da sociedade como prioridade do seu mandato.

A corrupção e a impunidade foram identificadas como os principais males a combater.

Nesta gesta moralizadora da sociedade angolana, os órgãos de justiça desempenham um papel central, pois depende da sua actuação eficiente e eficaz o alcance da vitória nesta verdadeira guerra.

Para que o sistema de justiça possa estar à altura do desafio, o investimento no sector adquire significado crítico.

Propusemos a S. Exa. Presidente da República uma estratégia

financeira que consistiu em três vertentes:

Receitas Ordinárias do Tesouro - Atribuir ao Sector da justiça o mesmo nível de prioridade orçamental que o da defesa, segurança e ordem interna, o que implica o aumento gradual do orçamento do Sector nos próximos exercícios.

Receitas do Cofre Geral da Justiça - Tornar o Cofre Geral de Justiça numa fonte robusta de arrecadação de receitas e da afectação criteriosa das receitas arrecadadas.

Receitas Extraordinárias - Porque a priorização orçamental com o nível da defesa, segurança, ordem interna e a reforma do

Cofre de Justiça levam algum tempo, propusemos que, de imediato, a totalidade da arrecadação de receitas feita pelo Cofre Geral de Justiça fosse destinada ao Sector da Justiça, prevalecendo esta situação durante os primeiros 5 a 10 anos.

Esta estratégia financeira foi aprovada mediante o Decreto Presidencial N° 172/18, de 24 de Julho, que alterou o Regulamento do Cofre Geral de Justiça, e o Despacho Presidencial N° 95/18, de 26 de Julho, que aprovou o modelo de reforma do Cofre Geral de Justiça.



Cofre Geral da Justiça

Resultado Reunião do Conselho Administrativo do Cofre Geral da Justiça

Discurso de Sua Excia Sr. Dr. Francisco Queiroz

A reunião que hoje realizamos tem por finalidade criar as condições organizativas para a aplicação prática desses dois diplomas legais, que marcam uma nova era no sistema financeiro interno do Sector de Justiça.

Para a concretização das regras constantes do Decreto Presidencial 172/18, sugiro que estabeleçamos dois momentos:

No imediato, através dos seguintes actos: a) calcular o montante global de receitas de que dispõe o Cofre como resultado da entrada em vigor daquele Decreto Presidencial;

b) Levantamento das necessidades imediatas de investimento nas seguintes áreas (i) tribunais - para a aplicação do novo sistema de justiça comum aprovado pela lei 2/15, com especial destaque para a entrada em funcionamento dos tribunais de comarca, e outras necessidades constadas durante o périplo que o Venerando Presidente do Supremo realizou recentemente pelo País; (ii) **PGR**- na vertente Ministério Público, e outras necessidades; (iii) **Ministério da Justiça** (Registos, Notariado, Identificação Civil); (iv) **INEJ** (melhoria das condições de ensino e de trabalho);

(v) Cofre Geral da Justiça (custos com a reforma e responsabilidade financeiras em curso).

No Curto Prazo (6 meses)- Iniciar a Reforma Profunda do Cofre Geral de Justiça, conducente à alteração do modelo de organização e gestão.

Para este segundo momento, proponho que a Comissão de Reforma dedique a sua atenção às vertentes organizativa, de funcionamento e financeira. Para tal, deveria realizar estudos da experiência actual do Cofre e estudos de outras experiências.

No que respeita à robustez do sistema de arrecadação de receitas e à racionalidade da sua afectação, sugiro que a Comissão de Reforma tenha em conta o

“Estudo do Modelo de Gestão Financeira e Organização Administrativa do Sector da Justiça” elaborado por uma empresa de consultoria recomendada pelo Ministério das Finanças. O Conselho Directivo do Cofre aprovou este estudo na sua reunião ordinária de Maio/18 e o mesmo foi submetido à consideração de S. Exa. O Titular do Poder Executivo para ter em conta na aprovação a estratégia que viria a ser aprovada.

Este estudo inclui um Programa de Acção e Viabilidade Financeira do Projecto, prevendo o auto-financiamento da reforma (com recurso ao crédito bancário) e o aumento exponencial de arrecadação de receitas, como resultado dessa reforma.



Breves

Angola acolhe debate sobre a perda e recuperação dos bens e produtos provenientes da criminalidade organizada, económico-financeira e corrupção.

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos promoveu, no dia 25 de Setembro, em Luanda, o debate sobre a perda e recuperação dos bens e produtos provenientes da criminalidade organizada, económico-financeira e corrupção.

Especialistas nacionais e internacionais analisaram e discutiram boas práticas e experiências comparadas sobre perda de bens e recuperação de activos a favor do Estado ou das vítimas resultantes de actividades ilícitas.

A conferência surgiu no quadro do Projecto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), uma iniciativa da União Europeia com os PALOP e Timor-Leste, executada pelo Camões, I.P.



Fórum dos 30 juízes dos PALOP e Timor-Leste

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e o IBRAJUS - Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário, realizaram nos dias 26, 27 e 28 de Setembro, no Palácio da Justiça, em Luanda, o fórum dos 30 juízes dos PALOP e Timor-Leste.

O encontro visou o reforço do intercâmbio teórico e prático entre magistrados judiciais, a criação e

aumento de redes colaborativas e de mecanismos de cooperação judiciária internacional, numa lógica de aprofundamento da eficácia e da garantia da justiça criminal, sobretudo na prevenção e no combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada.

Breves

Curso de Formação de Formadores em Protecção dos Direitos da Criança

O Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) realizou no dia 18 de Junho de 2018, o Curso de Formação de Formadores em Protecção dos Direitos da Criança. A cerimónia de abertura contou com a presença do Secretário de Estado para Justiça, Orlando Fernandes, representantes da União Europeia, do UNICEF e outros actores afectos ao sector da justiça.

O curso enquadra-se na execução do Programa da Justiça para Criança, implementado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, com o apoio do UNICEF e o financiamento da União Europeia.

Workshop sobre Fortalecimento do Quadro Legislativo de Protecção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos em Angola

A cerimónia de abertura foi presidida pela Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário, e contou com a presença da representante do Escritório Regional das Nações Unidas sobre Drogas (UNODC), Samantha Irikidzai Munodawafa, a

Procuradora-Geral Adjunta de Moçambique afecta ao Departamento Especializado da Área Criminal da PGR e Secção Criminal do Tribunal Supremo e Coordenadora da Comissão Nacional de combate ao TSH, Amabelia Chuquela e a consultora especialista em Tráfico de Seres

Humanos (TSH), Lerena Pinto.

O evento decorreu no âmbito da elaboração e discussão de um projecto de Lei relativo a medidas de Protecção das Vítimas e testemunhas do Tráfico de Seres Humanos.

Abertura das Sessões de Formação de Formadores em Direitos Humanos na Policia Nacional

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e a Polícia Nacional procederam a abertura das Sessões de Formação de Formadores em Direitos Humanos, no dia 12 de Setembro, pelas 09:00 horas, no Anfiteatro do Instituto Superior de Ciências Policias e Criminais (Osvaldo Serra Van-Dúnm). A actividade insere-se no Protocolo de Cooperação em matéria de Direitos Humanos, assinado em Julho de 2018 entre as duas instituições.



Breves

Lançado Portal de Denúncias de Imagens de Abuso Sexual das Crianças

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos participou no lançamento do Portal de Denúncias de Imagens de Abuso Sexual das Crianças, no dia 19/09/18, no anfiteatro da Unicef (edifício INAC). A cerimónia foi presidida pela Secretária de Estado para os Direitos Humanos, Ana Celeste Januário.



Encontro com os embaixadores dos Estados Membros da União Europeia

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, reuniu, no dia 27.09.2018, às 9 horas, com os embaixadores dos Estados Membros da União Europeia, para tratarem de assuntos relacionados com os Direitos Humanos, no âmbito da parceria estratégica entre a República de Angola e a União Europeia.



OPINIÃO

Espaço livre, aberto à criatividade, para lazer e entretenimento. Publique aqui o seu artigo de opinião sobre os mais variados temas da actualidade.

TARDE CINZENTA DE LUANDA

É bom sentir o nada fazer
do cinzento Luanda
domingo.

Neste cacimbo morno me
envolver nas nuvens das
tardes olhar

e na segunda feira ir
trabalhar, na certeza do sol
vir a brilhar.

Este meu domingo cinzento
não é de cinza fria do
mundo.

Este é tropical e romântico
tem o calor do beijo
carnudo a voz do Yanick

que diz tudo porque é
filosofia e é cântico, poesia
do meio sol brilhântico
sabedoria da cultura
batuque.

Este cacimbo dos encantos
do mufete e das conversas,
das disputas e da
confusão; do amor alheio
que dá sinal e promete
beijos no escuro entre as
chapas e o quintal.

Este cinza bom da tarde a
acabar

dos amigos na porta que
não vão

e da ansiedade inquietante
da sessão para a noite que
vem híper de tensão.

Te quero minha cinzenta
Luanda quente no gemido
suado da Kianda.

Não és inverno nem verão
és mais que qualquer
estação, és única, és rap,
és canção, és luz, és
sombra, és ilusão, és o
segredo do meu coração.

Mupas 25/8/18

F. TCHIKONDO

OS NOSSOS VALORES

TRANSPARÊNCIA - para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção.

LEALDADE - para manter o comprometimento com o programa do Executivo, as linhas de orientação do Titular do Executivo, a subordinação hierárquica, alinhados aos mesmos princípios de solidariedade, de amizade, de respeito e de cumplicidade institucional corporativa.

RIGOR - para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho, a observância estrita das regras e das boas práticas, o uso de métodos científicos e o combate ao espontaneísmo, ao empirismo e à falta de brio profissional.

